

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2021

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(Organizador)

Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Estímulo à transformação da educação através da pesquisa acadêmica 2

**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E81 Estímulo à transformação da educação através da pesquisa acadêmica 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-562-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.621210110>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como importante medida para barrar o avanço do contágio, fez as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e repensarem estratégias que aproximassem a comunidade escolar. E é nesse momento histórico, o de assumir a virtualidade como uma dessas medidas, considerando-se as angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os/as autores/as deste livro intitulado **“Estimulo à transformação da Educação através da pesquisa acadêmica”** reúnem os resultados de suas pesquisas e experiências e problematizam sobre inúmeras questões que os/as [e nos] desafiam.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa *“Educação: desafios do nosso tempo”* no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, a ausência de políticas públicas, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancarou o quanto a Educação no Brasil ainda reproduz desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro das discussões as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que nascem das diversas problemáticas que circunscrevem o nosso cotidiano. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno para o repensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores/as de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de Gestão e Políticas Educacionais, Processos de Letramento Acadêmico, Ensino de Ciências e Matemática, Metodologias Ativas, Educação à Distância, Tecnologias, Ludicidade, Educação Inclusiva, Deficiências etc. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos/as professores/as pesquisadores/as, como os/as que compõem esta obra.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo



de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO


### **CAPÍTULO 1..... 1**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O ESTADO DA ARTE DO PPGECIM/UFAL (2012 – 2020)

Gleber Glaucio do Nascimento Soares da Silva

Isabele Silva Nogueira

Alana Priscila Lima de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101101>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

A REPRESENTAÇÃO DA DEFICIÊNCIA EM CLÁSSICOS DA LITERATURA BRASILEIRA

Marleno Chaves Menezes


Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101102>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

“VAMOS LER!”: DIVERSÃO, CULTURA E POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DOS ANOS DE 1930

Teresa Vitoria Fernandes Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101103>

### **CAPÍTULO 4..... 35**


CRATERAS DA LUA, COMO ELAS FORAM PARAR LÁ? EXPERIÊNCIA PARA COMPROVAR CONHECIMENTOS

Sandra Andréa Berro Maia

Alan Pedroso Leite

Andréa Magale Berro Vernier

Carlos Maximiliano Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101104>

### **CAPÍTULO 5..... 42**

ANÁLISE DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DURANTE A ESCOLARIZAÇÃO: AÇÕES PARA APOIAR A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Karina de Fátima Bimbatti

Fabiana Faleiros


Marlene Felomena Mariano do Amaral






Eduarda Mendes Frigel

Andréia Cangemi


Adriana Cordeiro Leandro da Silva Grillo

Karl Christoph Kappler

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101105>

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA: COMPROMISSO DE TODAS AS ÁREAS DE CONHECIMENTO	
Geanine Rambo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101106">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101106</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
ABRINDO PORTAS - INGLÊS PARA TODOS: ENSINO DE INGLÊS COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO	
Nathan Antonio Guerreiro	
Leonardo Riquena Salandim	
María Eugenia Dajer	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101107">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101107</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
O CADERNO DA REALIDADE: ELEMENTO PEDAGÓGICO DA PESQUISA REALIZADA NA COMUNIDADE CAMPESINA	
Ozana Luzia Galvão Baldotto	
Ailton Pereira Morila	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101108">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101108</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>85</b>
COMPOSIÇÃO CORPORAL E ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO	
Ramila Beserra Marques	
Roberto Carlos Pereira dos Santos Junior	
Luiz Antonio Silva Figueiredo Filho	
Patrícia Uchôa Leitão Cabral	
Francilene Batista Madeira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101109">https://doi.org/10.22533/at.ed.6212101109</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>101</b>
CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES ESTADUAIS PARA O ATENDIMENTO ESCOLAR DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Eliane Acosta dos Santos	
Silbene Santana de Oliveira	
Tânia Regina Maciel	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011010">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011010</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>110</b>
MEMORIAL HORTA VERTICAL COM MATERIAIS REUTILIZÁVEIS	
João Alves dos Santos	
Raphael do Nascimento Gonçalves	
Emerson Machado da Costa Conceição	
Paula Simão Batich	
Luciane Midori Kadomoto Bezerra	

Keyla Consuelo de Oliveira Ferreira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011011>

**CAPÍTULO 12..... 116**

O USO DO FACEBOOK COMO PLATAFORMA DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA AULAS DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alexandre La Luna

Viviani Aparecida da Silva Rodrigues


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011012>

**CAPÍTULO 13..... 123**

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jairo José de Souza

Eduardo Cardoso Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011013>

**CAPÍTULO 14..... 136**

A INSERÇÃO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE URUGUAIANA-RS

Silvia Mossi Utzig

Eleonora Leguiçamo Centena Silva

Angela Maria Molinari de Souza

Elena Maria Billig Mello

Maristela Mello Rodrigues

Suelen de Prá Alves

Michele Borba Muller

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011014>

**CAPÍTULO 15..... 143**

A MEDIAÇÃO DO PEDAGOGO A PARTIR DOS RESULTADOS DO PAEBES NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

Mônica Cristina de Orequio

Jocitiel Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011015>

**CAPÍTULO 16..... 156**

ANÁLISE DO PAINEL EDUCACIONAL REALIZADO PELO INEP EM 2017, NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA

Miguel Angelo Ruschel Neto





Arthur Augusto Berlie Mendes

Edson Trajano Vieira

Endel Wesley da Silva Arrais

Thais dos Santos Duarte Arrais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011016>

<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>165</b>
ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E DIVERSIDADE, NOS CURRÍCULOS EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO, PARA PROMOÇÃO DA FORMAÇÃO CIDADÃ EM DIREITOS HUMANOS	
Thiago Luiz Sartori	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011017">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011017</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>175</b>
CASOS PRÁTICOS NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: IDEAIS E DILEMAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Magdalena Bas	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011018">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011018</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>185</b>
ELABORAÇÃO DE MÓDULOS DIDÁTICOS PARA ENSINO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	
Zacarias Caetano Vieira	
Sheilla Costa dos Santos	
Carlos Gomes da Silva Júnior	
Alyne de Oliveira Brasil	
Adriano Augusto Linhares de Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011019">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011019</a>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>202</b>
MAPEAMENTO DA TEORIA DA GERAÇÃO Y NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS TRABALHOS PUBLICADOS ENTRE 2005-2014	
Raphael Germini Pereira	
Nicássia Feliciano Novôa	
Helder Antônio da Silva	
José Carlos de Cnop Siqueira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011020">https://doi.org/10.22533/at.ed.62121011020</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>223</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>224</b>

## A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

*Data de aceite: 21/09/2021*

**Jairo José de Souza**

Universidade Aberta do Brasil. Maceió/AL.  
ORCID: 0000-0002-2700-7371

**Eduardo Cardoso Moraes**

Instituto Federal de Alagoas. Maceió/AL.  
ORCID: 0000-0002-5117-9421

**RESUMO:** Este artigo tem por proposta e objetivo a reflexão acerca da problemática da inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas sob o ponto de vista da formação docente, analisando ainda se efetivamente as normativas legais têm sido cumpridas em instituições públicas de ensino técnico profissionalizante, no contexto do Instituto Federal de Alagoas-IFAL. Este tema tem sido amplamente debatido por estudiosos da educação, psicologia e psicopedagogia, visto que a inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas, sejam elas físicas, mentais, auditivas ou visuais, tem sido uma realidade cada vez mais constante em salas de aula do ensino infantil, fundamental, médio ou superior.

**PALAVRAS - CHAVE:** Aluno com necessidades educacionais específicas. Inclusão escolar. Legislação. Professor.

### TEACHER TRAINING AND LEGISLATION RELEVANT TO INCLUSIVE EDUCATION

**ABSTRACT:** This article proposes and aims to reflect on the issue of inclusion of students with specific educational needs from the point of view of teacher education, also analyzing whether the legal regulations have been effectively complied with in public institutions of vocational technical education, in the context of Federal Institute of Alagoas-IFAL. This topic has been widely debated by scholars of education, psychology and psychopedagogy, since the inclusion of students with specific educational needs, whether physical, mental, auditory or visual, has been an increasingly constant reality in teaching classrooms child, elementary, middle or higher.

**KEYWORDS:** Student with specific educational needs. School inclusion. Legislation. Teache.

### INTRODUÇÃO

A temática das pessoas com deficiência é um debate em destaque na sociedade. Verifica-se que até mesmo o termo utilizado para se referir à pessoa com deficiência tem passado por alterações. Já foram denominados de portadores de necessidades especiais, ou mesmo deficientes físicos. Não obstante existam políticas públicas afirmativas, a exemplo das cotas para pessoas com deficiência em concursos públicos e até mesmo nas vagas destinadas às empresas privadas, a questão educacional sobre a inclusão desse público

ainda passa pelo improviso, quer institucional, quer pessoal de cada educador. Segundo Hoffmann et al. (2014) e Camargo (2017), o que minimiza esse quadro de exclusão escolar é que, além dos espaços formais de ensino, há diversas associações no país que garantem atendimento às pessoas com deficiência.

Além disso, verifica-se a prática de acionar a Justiça para que determinado aluno com necessidades educacionais específicas seja incluído em algumas instituições escolares, especialmente as privadas. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2010, a maioria desses alunos matriculados no Ensino Superior estuda em unidades de ensino particulares (BRASIL, 2012). O que denota que, mesmo havendo uma legislação avançada em termos sociais nessa área, a operacionalização dessa base jurídica não acontece razoavelmente.

Além dos entraves institucional e profissional de cada educador, o preconceito da sociedade em relação à pessoa com deficiência torna o processo de inclusão um desafio para toda a sociedade. Consoante Nunes et al. (2015) e Maciel (2000), o estigma que carrega toda minoria é algo que só será superado com uma educação inclusiva, na qual os diferentes tenham maior participação social e possam fazer com que a sociedade reflita sobre seus próprios valores.

Ainda é preciso considerar na discussão dessa temática a representatividade das pessoas com deficiência quando comparada à população em termos gerais. São em torno de 45 milhões, o que representa aproximadamente 24<sup>o</sup> dos brasileiros, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (IBGE EDUCA, 2010).

Os representativos números absolutos e relativos de pessoas com deficiência expressam que ainda há muito a fazer preventivamente, tanto por meio de políticas públicas, especialmente na área da saúde, quanto na redução do número de acidentes nas estradas e cidades brasileiras. Nesse contexto, a Resolução 37/52, de 3.12.1982, que tem como fito promover a Ação Mundial às Pessoas Deficientes através de medidas eficazes para a prevenção da deficiência, e ainda para promover a reabilitação através dos objetivos de igualdade e participação plena das pessoas com deficiência na vida social, promovendo também, oportunidades igualitárias e melhoria nas condições de vida, desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1982).

O presente artigo tem por objetivo discutir acerca da problemática da inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas no contexto do Instituto Federal de Alagoas-IFAL, sob o ponto de vista dos professores e analisar se efetivamente as normativas legais têm sido cumpridas em instituições públicas de ensino técnico profissionalizante.

Este tema tem sido amplamente debatido por estudiosos da educação, psicologia e psicopedagogia, visto que a inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas, sejam elas físicas, mentais, auditivas ou visuais, tem sido uma realidade cada vez mais constante em salas de aula do ensino infantil, fundamental, médio ou superior.

## DUALIDADE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO

Em 15 de outubro de 1827, mesmo dia consagrado a uma santa católica de nome Teresa D'Ávila, D. Pedro I outorgou a lei que criava o Ensino Elementar no Brasil. Já iniciamos a educação formal misturando o laico com o religioso. Não é à toa que o Estado patrimonialista brasileiro perdura até hoje. E onde existe dono, o povo não entra. E quando consegue entrar, é pela porta dos fundos. O que sempre esteve em jogo não é o modelo de educação, e sim de sociedade. Como pontua Gadotti (2000), a educação é bem anterior à escola. Logo, quando as escolas surgiram modernamente, já existia uma sociedade com séculos de vivências anteriores. Ou melhor, o homo sapiens saiu pelo mundo forjando uma sociedade em que o amanhã não fosse diferente do hoje. Daí a dificuldade de o ensino institucionalizado conseguir influenciar na transformação desse ou daquele aspecto social. A escola é criatura; a sociedade, criador.

No início do século XX, a sociedade brasileira vivia uma situação de extrema divisão. Milhões de pretos e pardos vagavam pelos diversos rincões do país sem um norte. Para não agravar esse quadro, condenando as novas gerações a esse mesmo desatino, o governo federal cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, espalhando-as por todos os estados. A grande preocupação dos governantes era simplesmente dar uma destinação econômica a toda essa mão de obra disponível. Nenhuma preocupação de outra ordem, muito menos de possibilitar qualquer ascensão na pirâmide social. As atividades manuais, que eram destinadas aos escravos, continuariam agora com seus filhos e netos. Proliferam assim nessas escolas os ofícios de alfaiataria, sapataria e marcenaria. É o trabalho sem um maior valor social, resquícios ainda do período da sociedade escravocrata. A dualidade estrutural, portanto, foi cristalizada nesse ambiente escolar, onde só um segmento social estava a ele destinado. Ao outro, mais afeto à dominação social, estava destinado o ensino propedêutico.

Discordamos de Machado (2008) quando diz que não havia os requisitos da nova massa humana disponível para o incipiente processo de industrialização em curso. Esse processo também ocorreu na Europa. Lá os camponeses, quando correram para os polos fabris em busca de emprego, tinham inicialmente esses requisitos? Claro que não. O camponês europeu, assim como o escravo aqui, também não tinha acesso à educação. Foi uma decisão política do nosso governo. O fato é que o estigma da escravidão acabou com qualquer viés de mobilidade social. Se continuarmos com essa narrativa, fica sempre presente a ideia latente em nossa cultura de que os negros e seus descendentes estão destinados a cargos e funções inferiores. E por que a classe dominante teria preferido os anarquistas europeus aos negros e pardos? Simplesmente em função de que uma liderança dos primeiros iria sensibilizar centenas; dos últimos, milhões. Não pensaram no Brasil como uma nova potência industrial com tanta mão de obra disponível – A China fez isso nos últimos vinte anos do século passado -, e sim na mera perpetuação no poder.



Essa questão ficou ainda mais evidente no governo do ditador populista Vargas, notabilizado pela sua ferrenha campanha em buscar o apoio incontestado dos trabalhadores. E de certa forma conseguiu seu intento. Para isso adotou estratégias que fizeram o imaginário popular acreditar que estava diante de um governante preocupado com as questões sociais. O seu maior trunfo para travestir sua sede de poder em algo que realmente impactasse a massa foi o Decreto Presidencial que criou a Consolidação das Leis do Trabalho – a famosa CLT -, ainda em vigor após setenta e sete anos de vigência. Esse tempo todo da CLT torna Vargas um visionário? Alguns estudiosos defendem essa posição. É melhor estabelecer que toda essa duração dela é fruto do descaso da elite governamental e econômica quando se trata dos direitos do trabalhador. Os quinze anos de ditadura apontam que, antes de qualquer coisa, o que sempre buscava era a sua permanência ininterrupta no poder. Isso fica ainda mais claro ao retornar ao poder de forma democrática, apenas seis anos após ter deixado o governo, quando sequer terminou o mandato. O povo praticamente era o mesmo. Tanto é que foi eleito. E o que faltou então? Não dispunha mais dos instrumentos ditatoriais. É muito fácil governar com o chicote na mão. A democracia é mesmo uma sutil arte. O mito precisa ser desmistificado, pois em toda mitologia há mais magia do que razão. O Brasil é o país dos salvadores da pátria. Quando se faz apologia a homens, o povo padece. Vargas saiu da história pela porta dos fundos.

O Sistema S, particularmente o SENAI, foi mais uma estratégia populista da Era Vargas. Entregou a formação da classe trabalhadora para os empresários e sem qualquer interferência estatal. Aliás, como os recursos são públicos, a única participação governamental é mesmo financiar toda essa estrutura. Em última análise é o trabalhador financiando seu próprio treinamento. Mais uma medida de governo que escancara o lado despota de Vargas. E, assim como a CLT, o sistema S perdura até hoje, o que mais uma vez demonstra que a classe dominante não tem qualquer interesse na formação integral do trabalhador. A dualidade estrutural na educação é uma forma de dominação seletiva e excludente. Tudo isso agrava a divisão social do trabalho, descambando nos nossos dias na terceirização e na precarização. Onde o trabalhador vai parar com a sua formação sempre voltada para o mercado? No próprio desemprego e no cada vez maior exército de reserva. É para isso que o SENAI e todo Sistema S contribuem.

Nos anos 80, havia o BRIC. Todo o planeta apostava que uma dessas nações seria uma nova liderança econômica mundial. É notório que foi a China. A Rússia tem a máfia mais operante da Europa, tornando-se uma espécie de poder paralelo. A Índia tem a questão das castas, que inviabiliza qualquer mobilidade social. E O Brasil? O país, que desde o século passado não consegue superar a dualidade estrutural da sua educação, não pode transformar uma sociedade historicamente dividida.

## LEGISLAÇÃO E O ENSINO INCLUSIVO

Apesar de números populacionais significativos, em termos de mercado de trabalho, segundo o Ministério do Trabalho, as pessoas com deficiência representam apenas 0,9% do total de carteiras assinadas. A qualificação profissional requer a inclusão escolar. Educadores sensíveis ao tema, adequados mecanismos de acesso às instituições de ensino e eficazes estímulos governamentais geram uma lógica favorável à inclusão (DIEESE, 2017).

Aliás, tornar conhecido é um dos 7 princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, consoante Pletsch (2009). Ou seja, é a comunicação eficaz gerando a informação necessária. Não menosprezando os demais, a inobservância desse princípio certamente é a causa que mais gera preconceito, discriminação, desigualdade, barreira e falta de acessibilidade. Informação sempre foi poder. Como manter os excluídos sempre excluídos? Mantendo-os na sua própria ignorância. Os professores, ao possuírem a devida informação para a adequada orientação, precisam colocar o princípio citado em suas atitudes. Caso contrário, a informação transformadora continuará sendo privilégio de poucos.

O nosso desafio de uma legalidade que expresse a realidade já começa na própria Constituição Federal. Embora possamos fazer citações diversas sobre o vácuo social da nossa constituição, apenas o art. 5º da Carta Magna é suficiente para entendermos que, sem a necessária aplicação, a legislação torna-se letra morta numa sociedade que pretende ser democrática e plural. No artigo em apreço, só incisos são 58 (cinquenta e oito). Tão extenso e tão desrespeitado. Poderíamos desenvolver várias e várias discussões com o contido nesse artigo, todavia, utilizaremos apenas uma pequena expressão presente no seu caput. Todos são iguais. Como iguais, se o Brasil é historicamente o país das desigualdades? Individuais, sociais, locais, regionais e até nacionais. O acervo é inesgotável. Essa falta de igualdade naturalmente também está presente na educação. Diria até que começa na educação. Aliás, o que não começa na educação? O jovem termina de formar o seu caráter e a sua visão de mundo com a contribuição decisiva da experiência escolar. Ou seja, essa sociedade que fomenta a desigualdade passa necessariamente pelas nossas escolas.

A inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas é mais uma busca na tentativa de mudar esse quadro. Isso necessariamente passa por um professor mais preparado e mais atualizado a respeito.

A educação brasileira tem caráter excludente. Sua pedagogia e didática têm sido pensadas para alunos que acompanhem sem problemas o sistema de ensino e não para todas as crianças, contrariando os *slogans* dos governantes de “educação para todos” (CONFERÊNCIA DE JOMTIEN, 1990).

São excluídos desse ensino não só os alunos com necessidades educacionais específicas, mas todos aqueles que não consigam acompanhar o planejamento de ensino

pensado para eles.

Dutra e Griboski (2006), além de Matoan (2006), apontam que as escolas não dispõem muitas vezes da mínima condição de trabalho, com material didático- pedagógico inexistente ou ultrapassado, estruturas sucateadas, professores sem formação adequada, remuneração baixa ou insuficiente, além de gestores muitas vezes despreparados ou sem o mínimo conhecimento ou boa vontade de fazer uma educação de qualidade.

Nesse contexto, Tartuci et al. (2013) pontuam que, não obstante um arcabouço legal vigente, a superação da exclusão e do fracasso escolar passa necessariamente pela formação docente e que as expectativas dos professores quanto ao aprendizado do aluno com necessidades educacionais específicas são baixas. Assim, fica patente nesse debate a questão da legislação versus prática não inclusiva. Tem-se a legislação, mas a prática tem demonstrado lacunas que não são sanadas pela instituição de ensino.

A realidade social brasileira é em si mesma excludente. Necessário então abrir um parêntese para falar do conceito teórico de exclusão aqui adotado. Segundo Sawaia (1999), exclusão é conceito ético, afetivo e político e é vivenciado em várias esferas na vida dos sujeitos.

Exclusão que tem sido debatida como conceito macro, mas é vivenciada na esfera do individual. De acordo com Vêras (1999), são os sujeitos, em suas vidas particulares que sentem na pele o problema da exclusão, o ser diferente, olhado como não-pertencente ao grupo maior e, portanto, indesejado, incômodo.

Pontuam Frigotto e Ciavatta (2012), além de Maciel (2000), que o objetivo central da educação assenta-se no pleno desenvolvimento do ser humano. Enfrentando os ditames capitalistas, onde o ensinar está voltado unicamente para o mercado de trabalho, o processo educacional precisa de uma omnilateralidade e de uma universalidade que congregue o ser humano em sua integridade. Assim, as desigualdades não devem servir de vitimização, e sim de extrair delas o aprendizado histórico para a mudança da realidade social.

## **METODOLOGIA**

Dentro da perspectiva da abordagem do tema deste artigo, o qual trata do embate da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, insta abordar o contexto das pessoas com deficiência no contexto escolar público brasileiro, mais especificamente do ensino médio. Para atingimento dos objetivos aqui propostos, entende-se ser mais coerente e com contextualização mais adequada, a pesquisa de cunho bibliográfico.

Insta reforçar que nossa pesquisa bibliográfica parte de materiais, quer sejam, livros, dissertações, artigos publicados, bem como teses, pois entendemos que é a pesquisa bibliográfica um dos métodos mais simples em termos de coleta para estudos e pesquisas em que se quer ter melhores resultados em termos de buscas e teorias mais reconhecidas.

Ademais, este artigo é de cunho qualitativo com ênfase na pesquisa descritiva, pois

adentramos apenas nas percepções dos diversos autores acerca da temática.

Com relação aos procedimentos aos quais lançamos mão para coletar os dados, optou-se pela revisão de literatura através de livros, artigos e legislações.

No tocante ao universo da pesquisa e a amostra adotada, escolheu-se elaborar o artigo coletado a partir pelos artigos, livros, legislações que abordam o tema da educação inclusiva na perspectiva do aluno com necessidades educacionais específicas.

Este artigo tem como base teórica a Psicologia Sócio-Histórica. É necessário frisar de onde se fala, para que se compreenda de que sujeito se está tratando neste trabalho e qual o conceito de exclusão social aqui adotado.

## DISCUSSÃO E ANÁLISE

A psicologia Sócio-Histórica tem como base filosófica e metodológica o materialismo histórico e dialético e concebe o sujeito como ativo, social e histórico (BOCK, 2007). Assim sendo, abordar exclusão/inclusão, implica refletir acerca das nuances históricas e sociais nas quais se insere.

Segundo Sawaia (1999), a exclusão é um processo com multifaces, de complexidade, abrangendo dimensão material, política, relacionadas e também subjetivas. Para o autor, não é uma coisa ou um estado, é um processo sutil, que se opõe à inclusão, manifestando-se de diversas formas, capaz de perturbar a ordem social se particularizando, portanto, de acordo com o contexto em que se encontra.

Ou seja, incluir alunos com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional Tecnológica significa também pensar quais políticas públicas estão sendo geradas para atender esta demanda e ainda que preparação tem sido dada a professores do campus dos Institutos Federais, mais especificamente do Instituto Federal de Alagoas - Maceió para atender a um público que necessita de atenção especial.

Como indica Sawaia (1999), essa problemática atinge os sujeitos por inteiro, não só na vida escolar, mas na vida psíquica, familiar, social, afetiva. No caso do ambiente escolar propriamente dito, professores, funcionários e demais educandos das escolas necessitam estar preparados para uma educação inclusiva.

Segundo Guimarães (2003), incluir é reclamar por reestruturação do sistema de ensino para que a escola tenha as portas abertas para as diferenças, ao mesmo tempo seja capaz de trabalhar com os educandos indistintamente.

Assim sendo, têm-se uma temática que abrange não só o sujeito, mas também a instituição escolar como um todo. Aliás, mais do que isso, todo o sistema de ensino.

A Educação Profissional e Tecnológica, em função da sua importância cada vez maior, precisa de professores preparados e contextualizados, o que nos leva a pontuar alguns dos resultados encontrados no âmbito da educação profissional e tecnológica. O nosso atual cenário requer:

1. Uma formação docente sem resquícios da educação bancária, impregnada de humanização e preparo profissional, gerando assim uma perspectiva de transformação social.

2. Propiciar uma equipe pedagógica multidisciplinar para atender as demandas dos docentes/discentes para o atendimento dos dispositivos legais.

3. É preciso utilizar mais as tecnologias assitivas, procurando propiciar um ambiente de ensino mais propício ai aluno e adequá-las de acordo com a didática adotada.

4. Redirecionar a postura do aluno, fazendo-o oportunizar a si mesmo sobre a viabilidade profissional do curso, e não um mero trampolim para o ensino superior.

5. Mais pesquisa, mais investigação, tudo aquilo que transforme a Educação Profissional e Tecnológica numa referência de educação omnilateral.

6. Enquanto estivermos preocupados com números estatísticos, comparando os desempenhos das esferas federal, estadual e privada em termos de EPT, não superaremos a histórica dualidade.

É relevante ainda pontuar alguns aspectos referentes a Educação Profissional e Tecnológica:

I. A Educação Profissional e Tecnológica historicamente tem sido considerada uma educação especial, embora essa terminologia seja separatista e voltada para favorecer o segmento social que se perpetua no poder.

II. A EPT tem que estar inserida na educação regular, mas com nuances próprias. O professor tem uma visão fragmentária desde o início, o que prejudica a sua compreensão da totalidade do mundo educacional.

III. Voltamos à formação. É, sim, o ponto mais frágil da EPT. Profissional mal preparado, profissional mal pago. A questão dos baixos salários passa também por esse aspecto.

A competência é aquilo que fazemos de maneira eficaz, num determinado contexto, baseado em conhecimentos, embora não precisemos ficar limitados a esses mesmos conhecimentos. Dessa forma, diante dos vestígios de precarização da sua formação ao longo do tempo, o professor não tem como desvencilhar-se desse maquiavelismo sistemático, historicamente arquitetado para o contínuo favorecimento das elites.

Mantoan (2006) lembra que incluir todos os educandos por meio de uma única modalidade educacional, encontra barreiras, dentre elas, a cultura assistencialista e terapêutica da Educação Especial. Ela visa atender um educando que está descrito no projeto educacional de elite, que favorece o mérito e não atenta para as dessemelhanças, por conseguinte, é prejudicial para os estudantes, discriminatória. Portanto, é um processo de ensino/aprendizagem que não atenta para as especificidades do aluno.

A esse respeito, Dutra e Griboski (2006) afirmam que a inclusão traz uma dimensão de direitos humanos e justiça social embasada no acesso pleno e também na participação de todos, reconhecendo os partícipes de diferentes esferas sociais. Trata-se de garantias

de liberdade, direitos iguais e equidade, sinalizando com isso uma sociedade democrática. Inclusão, assim, leva ao desenvolvimento dos valores de dignidade, cidadania e respeito aos pressupostos de uma sociedade plural, baseada no direito à educação inclusiva para todos, previsto constitucionalmente e pela legislação ordinária. .

Faz-se necessário então assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, que causaria não só impacto na inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas, mas uma reestruturação nos valores que regem a educação e as relações sociais. Conviver com o diferente leva também a mudanças de sentidos e significados em relação às próprias diferenças.

Cabe aqui uma pequena reflexão do que se entende por sentido e significado. De acordo com Bock (2007), significado é uma construção social que tem origem convencional, sendo estável. Já o sentido, é a soma dos eventos psicológicos que advém da consciência. Sendo assim, o sentido vem ser mais complexo e amplo do que o significado, pois este último é apenas uma das áreas do sentido (estável e precisa). Nessa esteira, para Vigotski (2000), significado nada mais é que uma pedra do edifício do sentido, que tem potencial de se realizar de formas diversas na fala.

Essa definição de sentido e significado trazida por Bock (2007), a partir do pensamento de Vygotsky, alerta que embora os significados sejam conceitos mais rígidos e socialmente partilhados, eles são apenas uma pequena parte da produção de sentidos. É, portanto, na esfera dos sentidos que as mudanças acontecem. São os participantes, em seu cotidiano, que ao se deparar com a realidade produzem novos sentidos e estes ao serem compartilhados com outros sujeitos, geram outros tantos sentidos. É no ato de compartilhar que se quebram velhos significados e constroem-se outros.

É nesse compartilhamento que está o cerne da educação inclusiva. Conforme Dutra e Griboski (2006), o conceito de educação inclusiva prescinde de um jeito de pensar extremamente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento e, concomitantemente, de um repensar radical da política educacional e da prática.

## **CONCLUSÃO**

Diante dos desafios apresentados faz-se necessário, segundo Manica (2011), que o docente da educação profissional e tecnológica, no contexto da educação inclusiva, veja a educação como inacabada, e que possa absorver novas ferramentas que brotem do avanço tecnológico e que possibilitem o avanço pedagógico.

Faz-se necessário pensar se o Instituto Federal de Alagoas, enquanto instituição voltada ao ensino tecnológico, proporciona um ambiente reflexivo, em salas de aula e demais estruturas físicas, layout adaptado as necessidades educacionais específicas, além do envolvimento dos próprios educadores e educandos, para lidar com essa problemática

que não é nova, no entanto apenas ultimamente é mais presente no cotidiano escolar.

Este estudo é motivado pela presença cada vez mais constante de alunos com necessidades educacionais específicas nas salas de aula do Instituto Federal de Alagoas. É ainda baseado no artigo 205 da Constituição da República que diz ser a educação que assegura: “ (...) ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A partir desses preceitos, entende-se que a educação aos alunos com necessidades educacionais específicas deve ser assegurada no IFAL, visto que também esse público tem direito à cidadania e à qualificação para o trabalho. O professor institucionalmente precisa ser um facilitador para que o aluno reflita sobre o seu próprio aprendizado. Mais especificamente em salas de aulas que tem alunos com necessidades educacionais específicas, que requer intervenções, requer passar por situações distintas, e que deverá estar apto para trabalhar no desenvolvimento de todos como cidadãos.

Zabala (1998) afirma que os professores preferem culpar uma suposta inadequação de ordem prática na aplicação dos referenciais teóricos, abortando assim qualquer tentativa de mudança. É a práxis como senhora de tudo e de todos. Na dicotomia entre teoria e prática, algo que sempre existiu, a última ainda predomina no campo educacional. A falta de clareza e precisão dos resultados dificulta a compreensão e o reconhecimento dos gestores públicos e da própria sociedade.

É preciso avançar bastante em termos de pesquisa para a necessária delimitação científica do campo de estudo relativo à formação de professores. Embora as ciências modernas tenham sido formatadas no século XVIII, a educação no Brasil, nas décadas de 20 e 30 do século passado, ainda não estava caracterizada profissionalmente e, assim como hoje, gozava de pouco reconhecimento social. Nesse período, segundo Saviani (2008), foi fundamental a atuação de Anísio Teixeira, quando teve a oportunidade de pôr em prática suas ideias renovadoras, de modo especial no âmbito da formação docente. Obviamente que sua postura no campo educacional levou ao enfrentamento de diversos obstáculos, que decorriam das resistências que forças ainda dominantes no Brasil contrapunham às transformações da sociedade que visassem a superar o grau de desigualdade que sempre marcou a nossa realidade. A educação sempre foi tratada como um objeto de privilégio das elites.

Querer que o professor na sua incessante práxis alcance a condição de ser reflexivo não é algo minimamente razoável. É aí que entra a sociedade. Essa reflexão coletiva precisa contaminar a todos, inclusive no plano institucional. Quando se diz sociedade estão inclusos os que podem minimizar esse cáustico sistema laboral e aqueles que podem modificar essa política salarial que precariza a profissão de professor. Caso essa reflexão social não aconteça, toda sede de transformação recairá novamente nos solitários ombros do professor. Este, sozinho, nada pode fazer.

Se o professor é injustiçado profissionalmente, como prepará-lo para ser agente da

justiça social? Ele que não consegue mudar o seu próprio contexto, como poderá ter forças para influenciar na mudança de outros contextos? Não ser reconhecido socialmente, ter que lutar para ser reconhecido profissionalmente, e ainda ser cobrado pela injustiça social. Ou seja, no seu processo de formação o professor precisa aprender a fazer justiça para si mesmo. Caso isso não aconteça, será um eterno revoltado social. E os revoltados não são os melhores conselheiros para uma justiça igualitária. Serão meros justiceiros, com chavões que nunca saem de moda. Precisamos de muito mais se a escola que queremos é verdadeiramente inclusiva. Dessa forma, essa justiça social passa pela formação do professor. Para que ele possa exercer o seu papel na sociedade com dignidade, e não se sujeitar a indecorosas propostas de emprego. Levá-lo a refletir na formação sobre sua atuação profissional e social. São os dois lados da mesma moeda.

Portanto, considerando que nenhuma sociedade avança efetivamente deixando para trás qualquer fissura no seu tecido social, é necessário refletir sobre a educação inclusiva e, conseqüentemente, o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais específicas, permitindo que se desenvolva individualmente e coletivamente, dentro dos seus limites e potenciais, em termos pessoal, educacional e profissional, possibilitando estar apto para as oportunidades de trabalho. Busca-se um cenário que atenda esse aluno durante toda a vida escolar, adaptando tecnologias e espaço físico, a fim de que essas limitações não sejam obstáculos a sua participação na sociedade como sujeito histórico.

## REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. (org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

BRASIL. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**. Documento das Nações Unidas. Resolução 37/52, de 03/12/1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ProgAcMundPessDef.html>. Acesso em: 17 de out. 2020.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Ciênc. educ., Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, Mar.2017 Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516). Acesso em: 17 de out. 2020.

CONFERÊNCIA DE JOMTIEN. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos**. Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. acesso em: 20 de out. 2020.



DIEESE. **Movimentação no mercado de trabalho**: rotatividade, intermediação e proteção ao emprego/. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - São Paulo, SP: DIEESE, 2017. Disponível em <https://www.dieese.org.br/livro/2017/rotatividade.pdf>. acesso em: 20 de out. 2020.

DUTRA, Claudia Pereira; GRIBOSKI, Claudia Maffini. **Educação Inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional**. p.17-24. In: MEC; Secretaria de Educação Especial. Ensaios pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2020.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. **Trabalho como princípio educativo**. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova escola, São Paulo, N. 165, p. 43 – 47, setembro. 2003.

HOFFMANN, C. et al. **Contexto de trabalho das pessoas com deficiência no serviço público federal: contribuições do inventário sobre trabalhos e riscos de adoecimento**. In: Gest. Prod. São Carlos.: UFSCAR., 2014. p. 1-12. Disponível em [http://www.scielo.br/pdf/gp/2014nahead/aop\\_037912.pdf](http://www.scielo.br/pdf/gp/2014nahead/aop_037912.pdf). Acesso em: 17 de out. 2020.

IBGE EDUCA. **Conheça o Brasil-População. Pessoas com deficiência**. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 17 de out. 2020.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, Jun.2000 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102>. Acesso em: 17 de out. 2020.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica. V.1, nº 1(jun.2008). Brasília: MEC, SETEC, 2008.

MANICA, Loni Elisete. **“A prática docente da educação profissional na perspectiva da inclusão.”** Revista Iberoamericana de Educación 55.4 (2011): 1-9.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas**. In: MEC. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Ensaios pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2006.

NUNES, Sylvia da Silveira et al. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, Dez. 2015. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414). Acesso em: 17 de out. 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes, políticas e resultados de pesquisas**. Educar, Curitiba, n. 33, p. 143- 156, 2009. Editora UFPR

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAWAIA, Bader B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

TARTUCI, Dulcéria; SILVA, Márcia R.; FREITAS, Adriana de O. **A formação dos professores do atendimento educacional especializado e a formação do professor de apoio à inclusão em Goiás: Uma análise da legislação**. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013.

VÉRAS, Maura. **Exclusão Social** – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999).

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZABALA, Antonio. **A prática educativa: Como Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998..

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 4, 71, 72, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 136, 159, 167

Antropometria 86, 87, 99

Aprendizagem 3, 5, 9, 12, 36, 38, 48, 52, 56, 57, 63, 66, 68, 73, 76, 80, 81, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 127, 130, 131, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 163, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 199

Aprendizagem Significativa 112, 137, 141, 142, 175, 176, 179, 180, 181

Áreas de Conhecimento 2, 7, 55, 56, 57, 59, 61, 65, 69

Astronomia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 141

Avaliação externa 143

### C

Casos práticos 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182

Custo 87, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

### D

Deficiência 12, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 43, 44, 51, 52, 53, 54, 68, 70, 110, 123, 124, 127, 128, 134, 135

Detalhes de ligação 185

Diário de Leitura 55

Direito à educação 106, 131, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 174

Direito Internacional Público 170, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Direitos Humanos 53, 101, 105, 106, 107, 108, 109, 130, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Diversidade 7, 10, 31, 32, 51, 52, 53, 134, 165, 167, 171, 172, 173, 174

### E

Ecoeficiência 110, 111, 113, 114

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 22, 25, 27, 29, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64, 65, 66, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 185, 186, 223

Educação de Jovens de Adultos 1, 10

Educação do Campo 74, 75, 76, 82, 83, 84, 134

Educação Infantil 7, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 54, 78, 142, 154, 168

Elemento Pedagógico 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Empreendedorismo 111, 113

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 40, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 107, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 199, 201, 223

Ensino de ciências 116

Ensino universitário 175

Estado de Arte 1

Extensão 67, 68, 69, 72, 223

## **H**

Horta 110, 111, 112, 113, 114, 138, 141

## **I**

Inclusão 10, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 88, 110, 111, 113, 123, 124, 127, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 167, 171, 179

Inclusão Educacional 43

Inclusão escolar 42, 53, 54, 123, 127

INEP 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Inglês 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Inovadora 35, 37, 38, 40

Isométricos 185, 187

## **L**

Legislação 10, 123, 124, 127, 128, 131, 135

Literatura 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 27, 31, 36, 54, 55, 59, 129, 189

Ludicidade 35, 223

## **M**

Mediador 12, 22, 62, 63, 143, 144, 146, 147, 149, 151, 154

Medida Socioeducativa 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108

Ministério Público 105, 165, 166, 173

## **N**

Necessidades educacionais 42, 43, 50, 54, 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133

Necessidades Educacionais Específicas 123, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133

## **O**

Oficinas Pedagógicas 136, 137, 138, 140, 141, 142

## **P**

Paebes 143, 144, 145, 146, 152, 153, 154

Painel Educacional 156, 157, 160, 162

Pasta da Realidade 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Pedagogo 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154

Pesquisa 1, 2, 5, 7, 9, 10, 21, 24, 36, 44, 51, 54, 59, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 89, 98, 99, 110, 113, 128, 129, 130, 132, 143, 144, 145, 146, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 172, 176, 177, 181, 182, 183, 187, 201, 223

Política de Educação 101, 102, 104

Prática de Leitura 55

Prática Educativa 59, 65, 116, 135, 145

Professor 12, 16, 22, 36, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 104, 116, 118, 123, 127, 130, 132, 133, 135, 137, 140, 141, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 160, 163, 165, 171, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 223

Promoção da saúde 85, 87, 99

Proposta Pedagógica 74, 80, 82, 103, 106

## **R**

Rede social 116, 121

Representação 6, 12, 13, 14, 22, 25, 29, 87, 199

## **S**

Sustentabilidade 110, 112, 113, 171

## **T**

Tecnologias na educação 116

Trabalho em equipe 72, 101, 102, 103, 108, 110, 138, 140, 149

Tubos e conexões 185

Turno Integral 136

## V

Voluntariado 67

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

ESTIMULO À TRANSFORMAÇÃO DA

# EDUCAÇÃO

ATRAVÉS DA PESQUISA ACADÊMICA

# 2



[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)



[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)



[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)



[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021